

A sangria gerada pelos subsídios no caixa da União

Na ponta do lápis, seria possível o novo governo reduzir o déficit público em até 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Bastaria apenas que eliminasse, de uma só penada, o verdadeiro emaranhado de leis e decretos que envolvem a concessão de incentivos fiscais e subsídios.

De acordo com estimativas do Ministério da Fazenda, o total de subsídios e incentivos concedidos pelo governo equivale a US\$ 5,02 bilhões/ano, dos quais US\$ 4,02 bilhões em incentivos. Para se ter uma idéia, os benefícios tributários oferecidos para as empresas que integram a Zona Franca de Manaus (isenção do pagamento do IPI) geram prejuízo ao Tesouro da ordem de US\$ 297 milhões. Já as isenções para os projetos da região da Sudene (Nordeste) representam uma perda de US\$ 231 milhões, enquanto na Sudam (Norte) atinge US\$ 165 milhões.

O problema, porém, é que não basta apenas a vontade política para acabar com os privilégios. A verdade é que são grandes as resistências. Basta lembrar que, apesar de os empresários aplaudirem e defenderem febrilmente o corte dos gastos públicos, o silêncio toma conta dos salões da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) ou dos políticos e antigos coronéis do Nordeste quando se fala em "fim de subsídio".

Luiz Gonzaga Belluzzo, ex-assessor econômico na época do então ministro da Fazenda, Dilson Funaro, costuma dizer que cansou de ver empresários desfilando pelos labirintos do ministério atrás de isenção e benefícios fiscais. O cálculo de Belluzzo é de que no período compreendido entre 1973 e 1985, o Tesouro registrou perdas da ordem de US\$ 11 bilhões por ano. Nesta conta estão incluídos os famosos financiamentos subsidiados concedidos no início da década de 70 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BN-

DES) a um grupo privilegiado de empresas, na forma de correção monetária limitada a 20% mais juros de 12%, com quatro anos de carência e mais quatro para amortização.

Os números são ainda mais assustadores quando se consulta o relatório elaborado pela Comissão de Avaliação de Incentivos Fiscais (Comif), coordenado pelo Ministério do Planejamento. O documento, de 300 páginas, divulgado no ano passado, demonstra que a União abriu mão de nada menos que 25% da receita bruta de Imposto de Renda das pessoas jurídicas para financiar, a título de incentivo fiscal, 12,5 mil projetos de agricultura, pecuária, turismo, pesca e reflorestamento. Em apenas 10 anos (1975/85), os fundos de incentivos fiscais receberam US\$ 6 bilhões e, apesar disso, nenhum deles cumpriu o objetivo de promover desenvolvimento econômico e distribuição de renda nas regiões Norte e Nordeste. Somente o fundo para reflorestamento (Fiset) destinou recursos avaliados pelo Comif em US\$ 1 bilhão para a criação de florestas que hoje simplesmente inexistem.

Ao mesmo diagnóstico chegou o Banco Mundial (Bird). Segundo documento divulgado no final do primeiro semestre deste ano, o órgão afirma que cada NCz\$ 1 mil transferidos do orçamento da União aos governos estaduais e municipais, NCz\$ 200,00 não têm qualquer espécie de controle. A estimativa do Bird é de que os subsídios escondidos no orçamento chegam a 20% do PIB, ou seja, US\$ 60 bilhões. Um dos exemplos mais contundentes do relatório é o Proálcool, programa considerado caro e ineficiente. Somente no ano passado, constata o documento do Banco Mundial, para o total de 9,5 bilhões de litros de álcool comercializados, o consumidor brasileiro foi obrigado a pagar mais de US\$ 1,2 bilhão em subsídios.